Governador defende continuidade de grandes obras na abertura dos trabalhos da Assembleia

AEN

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou ontem (6) da abertura oficial dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Em discurso aos 54 deputados que compõem a 20ª legislatura do Paraná, ele elencou as conquistas mais emblemáticas obtidas pelo Paraná durante os seus quatro primeiros anos de mandato e disse que está disposto a trabalhar em parceria com os parlamentares em projetos que tornem o Estado ainda mais moderno.

"É uma satisfação poder estar mais uma vez no parlamento paranaense, onde começa uma nova jornada de importantes debates sobre assuntos de interesse do Estado. A nossa expectativa é fazer um bom diálogo com os deputados e avançar em projetos importantes", disse Ratinho Junior.

"Trago a mensagem daquilo que já fizemos e do que pretendemos fazer nos próximos quatro anos e é importante que os deputados possam acompanhar esse planejamento para nos cobrar e também nos ajudar a tirar do papel o que temos em pauta", completou o governador.

A mensagem do governador faz parte do rito institucional previsto na Constituição. Nela, ele apresenta o seu plano de governo aos deputados estaduais e expõe a situação administrativa e econômica do Estado.

Para o presidente da Assembleia, Ademar Traiano, a presença do governador na primeira sessão do ano é uma demonstração de respeito. "O governador vem à Casa conforme estabelece o regimento interno e a constituição estadual para fazer um relato daquilo que pretende implementar no Estado. Isso é uma obrigação, mas também um sinal de respeito ao poder Legislativo", disse.

Renovação

Ratinho Junior iniciou o seu discurso mencionando a renovação da casa, que conta com 44,5% de novos deputados nesta legislatura. Ele também exaltou a presença recorde da bancada feminina, que agora tem 10 deputadas, o dobro do maior marco até então, ocorrido em 2002 e 2018.

"Neste ano, depois de novas eleições, o início dos trabalhos dos representantes escolhidos pela população ajuda a renovar a nossa democracia. É bom ver caras novas e mais mulheres, um marco dessa legislatura", frisou Ratinho Junior. "Os senhores representam anseios de mais de 11 milhões de pessoas e, com certeza, nos ajudarão a construir um Paraná cada vez mais moderno, justo e equilibrado".

Números recordes na geração de empregos e de investimentos foram citados pelo governador aos parlamentares como contexto do atual cenário estadual. "Alcançamos o posto de quarta maior economia do Brasil, temos a menor taxa de desemprego desde 2014, após gerar mais de 400 mil novas vagas com carteira assinada, e conquistamos o melhor indicador de redução de desigualdades do Sul do País pela primeira vez na história", expôs Ratinho Junior.

Vereadores formam as Comissões Permanentes para 2023

Assessoria

Na segunda sessão ordinária do ano, que foi realizada no Auditório da Delegacia da Mulher, em virtude da Câmara Itinerante, os vereadores formaram as Comissões Permanentes para 2023.

As Comissões Permanentes são órgãos técnicos compostos por grupos de vereadores, pelo período de um ano, e têm a incumbência de discutir e apreciar projetos de lei, emendas e outras proposições, antes de sua votação em Plenário; além de convidar ou convocar autoridades públicas para prestar esclarecimentos e realizar audiências públicas.

Agora, os vereadores das Comissões têm até três dias para se reunirem para a primeira reunião, na qual serão estabelecidos o presidente de cada uma delas, bem como, os dias e horários em que cada uma se reunirá.

DIVULGAÇÃO CMPB



Sessão dessa segunda-feira, foi realizada no Auditório da Delegacia da Mulher, seguindo o projeto da Câmara Itinerante

Comissão de Justiça e Redação (CJR)

De acordo com o Regimento Interno, "compete à Comissão de Justiça e Redação, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa", ou seja, compete aos membros da CJR analisar a ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto. Para 2023, serão responsáveis por conduzir os trabalhos da CJR, os vereadores Claudemir Zanco - Biruba (PL), Lindomar Brandão (PP), Marcos Marini (Podemos), Rafael Celestrin (PSD) e Romulo Faggion (PSL).

Comissão de Orçamento e Finanças (COF)

Farão parte da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), os vereadores Dirceu Boaretto (Podemos), Eduardo Dala Costa (MDB) e Joecir Bernardi (PSD). À COF, compete opinar nas matérias em tramitação, sobre os aspectos orçamentários, abertura de créditos, plano plurianual, empréstimos, matérias que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, matérias que acarretem responsabilidade para o erário municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio público municipal, proposições que fixem ou aumentem a remuneração dos servidores e que fixem ou atualizem o subsídio do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, além dos balancetes da Câmara de Vereadores e prestações de contas da Prefeitura.

Comissão de Políticas Públicas (CPP)

A Comissão de Políticas Públicas (CPP) tem a função de opinar sobre matérias, "sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, relacionadas a organização administrativa da Prefeitura e da Câmara Municipal, aquisição e alienação de bens imóveis, participação em consórcios e convênios, urbanismo, obras e serviços públicos, educação, cultura e esporte, indústria e comércio, saúde e assistência social, agricultura, ecologia e meio ambiente e defesa do cidadão."

Os trabalhos da CPP serão conduzidos pelos vereadores Claudemir Zanco - Biruba, Januário Koslinski (PSDB), Maria Cristina Hamera (PV).

Alep vai promulgar projeto de lei que assegura acesso a medicamentos à base de cannabis

Redação com assessorias
redacao@diariodosudoeste.com.br

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano vai promulgar na próxima segunda-feira (13) o projeto de lei 962/2019, de autoria do agora deputado federal Paulo Litro, deputado estadual Goura Nataraj e ex-deputado Michele Caputo, que desburocratiza o acesso a medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e tetrahidrocanabinol (THC) para tratamento de doenças, síndromes e transtorno de saúde.

"Essa é uma importante vitória para o aprimoramento do atendimento de saúde em nosso estado e terá um grande impacto para milhares de pacientes de esclerose múltipla, epilepsia e fibromialgia, entre outros, que dependem da medicação para realização de seus tratamentos e, consequentemente, melhoria da sua qualidade de vida", destacou Paulo Litro.

O Projeto de Lei foi aprovado em 13 de dezembro de 2022 e enviada para a sanção do Poder Executivo. Como houve a restituição do projeto ao Legislativo, caberá ao presidente da Assembleia a promulgação do texto.

DIVULGAÇÃO



Proposta foi aprovada em dezembro, quando Paulo Litro, um dos proponentes, ainda estava na Alep

A proposta permitirá maior celeridade para o acesso aos remédios para quem comprovar a necessidade de sua utilização por meio de prescrição médica. Atualmente no Brasil a Anvisa concede autorização para tratamento com o canabidiol, porém existe uma grande burocracia nos órgãos públicos que muitas vezes inviabilizam o acesso aos pacientes.

O projeto prevê que, para o acesso aos medicamentos, será necessário laudo de um médico legalmente habilitado com a descrição do caso, o Código Internacional da Doença (CID) e a justificativa de uso, além da prescrição médica completa, com o nome do paciente e do medicamento e o quantitativo e o tempo necessário para o tratamento.

Após promulgada a nova legislação, ela entrará em vigor 30 dias depois da publicação em Diário Oficial, para que os setores responsáveis possam se adequar às novas normas sobre o tema.

